



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

Conferência de Imprensa

27. Outubro.2008

ORÇAMENTO DE ESTADO 2009

1. Já vem sendo tradicional o Forum para a Competitividade realizar num Seminário, logo após a apresentação pelo Governo da proposta de Orçamento, para analisar a proposta, medir os seus efeitos na competitividade do País e das empresas e sugerir medidas e políticas que possam influenciar positivamente a execução orçamental, o maior instrumento de política económica de que o Governo dispõe, no quadro do Euro que limita significativamente o campo de acção das políticas nacionais.

De facto estar integrado numa zona monetária significa que, pela não existência de política monetária e cambial autónomas, a política orçamental vê a sua importância acrescida. Uma política orçamental adequada e a adopção de políticas tendentes a aumentar a competitividade das empresas são os únicos meios de que o Governo dispõe para assegurar o crescimento económico, o emprego e o nível dos salários e o equilíbrio das contas externas do País.

Não o assegurar, ou seja, não sustentar a competitividade externa da economia portuguesa significa, no quadro da moeda única, pôr em risco, a curto prazo, o nível do emprego e o valor de salários, ou ambos.



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

A análise do Orçamento e da sua execução é feita em termos anuais, mas este período não é suficiente para analisar as tendências de prazo mais longo – e as bem conhecidas debilidades estruturais da nossa economia têm origem em problemas já antigos e só serão resolvidas por esforço persistente de longos anos enquadrado numa análise rigorosa da situação, na definição de uma estratégia plurianual e na selecção de políticas adequadas e sustentáveis e na eliminação, progressiva mas segura, de obstáculos e restrições ao investimento produtivo, à melhoria da produtividade individual e das empresas, num quadro concorrencial, quer a nível interno, quer internacional.

2. Por outro lado ao analisar o Orçamento para 2009 não é possível deixar de enquadrar a sua análise na situação actual e previsível da economia e finanças internacionais.

Independentemente de se desejar acreditar que os governos das maiores economias internacionais encetaram finalmente um esforço de cooperação para garantir uma acção concertada que evite o colapso do sistema financeiro internacional e as repercussões da crise na actividade bancária dos diversos países, e também do nosso, não é possível nem prudente deixar de considerar os efeitos na economia que já se sentem e que ninguém pode garantir que não se venham a alargar.

Independentemente da análise de curto prazo que invade noticiários procurando encontrar explicações simplistas para a crise, é indiscutível que o período de crescimento muito acentuado das trocas comerciais e da produção mundial das últimas décadas assentou em condições dificilmente repetíveis



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

no futuro, e que se inverteram no último ano: preços muito baixos do petróleo após os choques de 1973 e 1979, queda para metade dos preços dos cereais desde 1974 até 2007, taxas de juro historicamente baixas e negativas, em termos reais, para grande parte das economias nacionais, quebra progressiva do nível de poupança nas economias mais desenvolvidas e crescimento muito forte do consumo, nomeadamente do americano, sustentado pelos superávits das economias emergentes, na sequência de fortes e continuados aumentos das suas exportações.

Não é difícil prever que os ajustamentos a que iremos assistir, reforçados pelo pessimismo dos consumidores e pelas difíceis condições do mercado de crédito bancário, terão consequências nefastas no clima económico e podem significar uma redução acentuada da procura e do investimento, encetando uma recessão profunda e prolongada.

É neste enquadramento que devemos analisar se a proposta de Orçamento de Estado para 2009 é adequada à situação actual e aos desafios que Portugal pode vir a enfrentar.

3. Embora a análise dos sucessivos orçamentos desde a aprovação do Tratado de Maastricht e, de forma mais marcada ainda, desde a aprovação do Programa de Estabilidade e Crescimento, se tenha centrado nos déficits – o que não impediu Portugal de cair já por duas vezes na situação de deficit excessivo – o sinal mais preocupante da nossa persistente falta de competitividade externa é o nível e a evolução do nosso deficit externo.

Muitos – grupo onde nos incluímos desde antes da entrada o Euro – têm chamado a atenção – embora sem sucesso – para a



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

impossibilidade de o Estado, famílias e as empresas viverem com poupança negativa, em termos externos.

O nível de pagamento de juros ao estrangeiro que já atinge 6% do PIB e um desequilíbrio anual superior a 10% do PIB não significam só a entrada nos primeiros lugares das economias mais desequilibradas. Significam principalmente que a situação recente e actual não é sustentável e deve ou tem de ser corrigida.

Deve, porque a sua continuação nos obrigará a vender ao exterior os nossos melhores activos, sob forma de bancos, empresas e propriedades, públicas ou privadas impedindo-nos assim de nos governar a nós próprios.

Tem, porque mesmo que as consequências anteriores não sejam devidamente valorizadas pela maioria dos portugueses a actual situação financeira internacional não permitirá assegurar a renovação, em ritmo tão crescente, dos financiamentos externos necessários.

É de referir a propósito que a visão optimista do Banco de Portugal, quanto às poucas consequências do nosso nível de endividamento externo desde a entrada no Euro que, de alguma forma, nos libertaria dessa restrição, nunca foi nem completamente realista – dadas as previsíveis quedas continuadas da competitividade externa e as já conhecidas dificuldades em seguir uma boa política orçamental – nem se aplica, diga-se em abono da verdade, na actual situação internacional.

Não é concebível que o Governo, através do Estado, dê garantia a todas as operações de financiamento externo – 40 milhões



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

de euros por dia – que os bancos têm de fazer para assegurar o crédito necessário ao financiamento da economia portuguesa, sem que, simultaneamente, tome as medidas necessárias à contenção do crescimento do endividamento externo, que passou de 65% do PIB em 2004 para 90% em 2007.

Nem é concebível que alguma vez pudesse o Estado português, dado o seu próprio desequilíbrio financeiro, responder por tais operações durante período prolongado.

4. É neste enquadramento, repetimos, que deve ser analisada a proposta de Orçamento de Estado para 2009.

E o que significa em termos globais a proposta do Orçamento do Estado?

Significa, quer a continuação do seu próprio desequilíbrio financeiro – é pelo menos arriscado acreditar na estimativa das receitas, nomeadamente das fiscais, quer a continuação duma política de assegurar transferências sociais para as quais não haverá, se as receitas fiscais não se materializarem, cobertura orçamental, a não ser pelo crescimento, para além do previsto, do déficit cada vez mais difícil de financiar.

Significa também, e ao contrário do que se tenta fazer crer, uma pressão adicional sobre as empresas, nomeadamente sobre as tesourarias, pelo crescimento das receitas fiscais numa conjuntura que, mais que provavelmente, já será de recessão.

A ilusão é criada pela anunciada redução da taxa de IRC de 25% para 12,5% nos primeiros 12.500€ de lucros tributáveis.

Por um lado, é notória e pública a redução de margens na maioria das PME, nomeadamente das exportadoras, muito afectadas pela força cambial do euro. Para as que têm a



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

dimensão mínima para serem um trunfo nacional nos mercados internacionais, a redução limitada aos primeiros 12.500€ de resultados significa que a redução no imposto total a pagar é mínima. Já antecipamos afirmações de “baixámos os impostos para metade”, mas não são verdadeiras.

No mesmo sentido vai a anunciada redução de 75 para 70% do pagamento especial por conta dos resultados das PME mais pequenas, em simultâneo com o aumento de 85 para 90% dos resultados previsíveis, segundo as Finanças, para as maiores.

Importa explicar – o que ninguém fez – que o pagamento por conta se baseia nos resultados do ano anterior, o que significa que, na esmagadora maioria, tendo as empresas resultados em 2009 inferiores aos de 2008, vão pagar por conta de resultados que nem virão a ter, arriscando-se a pagar 70% de resultados passados, em muitos casos superiores a 100% dos impostos devidos.

É de facto extraordinário que estas medidas sejam apresentadas como um desagramento.

Significa também, e ao contrário do que se esperaria não só para os próprios – em todo o sentido da palavra, mas também como sinal para o resto da economia, um crescimento real dos salários da função pública e até das pensões mais elevadas.

Após abandonar progressivamente várias promessas de equiparação das condições no sector público às do sector produtivo os privilégios alargar-se-ão a uma actualização salarial que o sector privado já anunciou não poder acompanhar de forma global. Pretende-se tornar o emprego no sector



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

privado menos atraente? Será do sector público que vem resposta à necessidade dramática de aumentar as exportações? Na actual conjuntura internacional nem a tradicional transigência com o período eleitoral permite aceitar tal política.

5. Mas se no Orçamento o Governo não tem coragem para anunciar as medidas que, adiante e em condições que melhor facilitarão a sua compreensão pelos portugueses, deverá ou poderá vir a ter que tomar, já no que diz respeito às obras públicas a coragem assume formas de temeridade inconsciente. Ignorar a situação de endividamento externo e o seu crescimento futuro e insistir, nesta conjuntura, em lançar obras, de rentabilidade económica mais que duvidosa, sob pretexto de sustentar a procura é um erro imperdoável.

A argumentação, vivendo nós em economia aberta, de que é preciso sustentar a procura interna num período de crise é abusar da ignorância de muitos, que tenderão a pensar que assim é. Investimentos que não produzem bens transaccionáveis internacionalmente e que contribuindo para as nossas exportações permitam melhorar a nossa balança com o exterior significam maior pagamento de juros e capital a prazo longo e também criar rendimento disponível que alimentará sobretudo a balança dos nossos fornecedores de bens de consumo corrente e duradouros.

6. Não tendo grandes dúvidas de que qualquer outro governo tentaria também, em ano eleitoral, privilegiar medidas que o ajudassem eleitoralmente, gostaríamos de destacar como inaceitáveis na actual conjuntura os prazos de pagamento do Estado às empresas. A sua redução, para além das vantagens



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

conhecidas para a sobrevivência, em particular das novas empresas, seria, nesta conjuntura, essencial para travar o crescimento do desemprego.

É também muito negativo tudo o que diz respeito à não-revisão do programa de investimentos públicos e particularmente preocupante, que ao contrário da afirmação constante pelo Ministro das Obras Públicas de que o financiamento é privado, quando ele é externo, comece agora a ser garantido por sindicato comandado pela Caixa Geral de Depósitos.

Se não surpreende ninguém que o Ministro das Obras Públicas mude de palavra já não podemos deixar de referir como motivo de preocupação que o Ministro das Finanças o acompanhe.

Por todas estas razões não consideramos que o Orçamento de Estado para 2009 seja o Orçamento de que o País necessita.

Ao contrário da esperança vã de que possa correr melhor, aguardar-se-ia dum orçamento que representa metade da economia portuguesa que preparasse o País para a hipótese de que a crise se agrave.

E para isso é necessário conceber e aplicar novas políticas.